

São Paulo, 07 de agosto de 2019
SBPC-135/Dir.

Ilmo. Senhor
Diretor-Presidente ROBERTO PARUCKER
Eletronorte
Brasília, DF.

Senhor Presidente,

Encaminhamos, abaixo, cópia de Moção aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral Ordinária de Sócios da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em 25 de julho de 2019, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande, por ocasião da 71ª Reunião Anual da SBPC.

Se possível, gostaríamos de receber manifestação de Vossa Excelência sobre o assunto, para divulgação aos sócios da SBPC.

Título: Denúncia de injustiças e violências de 40 anos contra povos e comunidades tradicionais em razão da implantação da usina hidrelétrica de Tucuruí e do projeto de construção da Hidrovia Araguaia Tocantins

Resumo: A Assembleia Geral da 71ª Reunião Anual da SBPC solicita providências em favor da garantia de direitos de expropriados e atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí.

Texto: A Assembleia Geral da 71ª Reunião Anual da SBPC aprovou, por unanimidade, a partir de proposta de seus associados, se posicionar publicamente em defesa da garantia de direitos não assegurados aos expropriados, atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que, ao longo de 40 anos sofrem os efeitos de sucessivos deslocamentos compulsórios. São cerca de 20 mil pessoas, incluindo pescadores, ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores rurais, extrativistas e povos indígenas, que se viram obrigados a mudar seus modos de vidas e tiveram seus saberes desvalorizados e desconsiderados assim como como seu patrimônio.

Inúmeras tentativas de mobilização que incluem iniciativas judiciais por direitos encaminhados pelos autodesignados expropriados, atingidos junto à Eletronorte têm sido respondidas com contestações e postergações, o que leva a situações de descumprimento de direitos humanos fundamentais. Isto ocorreu em todas as etapas da obra. Com a elevação da cota do lago, as construções das eclusas têm provocado novas inundações e deslocamentos nas ilhas, na cidade e nas áreas de reassentamento. As indenizações são atendidas de forma incompleta e inconclusa.

Os povos e comunidades tradicionais que vivem à jusante da hidrelétrica, como é sabido, não foram considerados atingidos e passíveis de indenização, mas sofrem até hoje nas ilhas no interior do lago, onde buscaram se reorganizar para viver.

Aqueles que vivem nas cidades, vilas e sítios ao longo do Rio Tocantins, seja à jusante como à montante da hidrelétrica, voltam a viver a incerteza, a paralisia das suas vidas diante do



Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

imprevisível de mais um grande empreendimento no Rio Tocantins, que é a hidrovia Araguaia Tocantins. As audiências públicas encerradas no dia 4 de julho deste ano, em Baião (PA) apontaram estratégias e medidas que insistem em ignorar situações sociais como as dos moradores do lago de Tucuruí, excluído das áreas atingidas.

A Assembleia Geral da SBPC solicita providências em favor da garantia de direitos de expropriados e atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí. As estratégias empresarias e governamentais para impor os empreendimentos citados não se diferenciam de 40 anos atrás e denotam os efeitos prolongados e danosos à vida de povos e comunidades tradicionais e ao meio ambiente.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink that reads 'Ildeu de Castro Moreira'. The signature is written in a cursive style with a long vertical stroke at the beginning.

ILDEU DE CASTRO MOREIRA
Presidente da SBPC